

**MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA:  
CAMINHOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA  
MANIFESTO OF PIONEERS OF NEW EDUCATION  
PATHS OF BRAZILIAN EDUCATION**

*Lívia Maria Rassi Cerce<sup>1</sup>  
Célio da Cunha<sup>2</sup>*

**RESUMO**

Este artigo trata uma breve trajetória dos principais marcos da educação, desde o descobrimento do Brasil até os tempos atuais. Objetivou-se analisar as políticas públicas pós Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, considerando os avanços educacionais motivados na estrutura e princípios desse documento. Especificamente, conhecer o processo histórico educacional brasileiro, identificar a constituição da escola única. Esse estudo se justifica, considerando o referido Manifesto ser um dos principais acontecimentos para a educação nacional que continua a legitimar muitos dos desejos educacionais na federação brasileira. Como método utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental. Na coleta de dados realizou-se um levantamento de dados rebuscando-se o passado e revistando o presente. Procedeu-se dos aspectos históricos, confrontos aos dados estatísticos. Nos resultados analisados, verificou-se que esse documento subscrito por vinte e seis (n=26) intelectuais, líderes da sociedade civil, escritores, radialistas e professores muitos aspectos importantes foram acrescentados, como: a responsabilidade do Estado pela escola brasileira, a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, a coeducação, a constituição da escola única embasada num trabalho produtivo fundamental, a promoção das relações sociais com distinção da educação tradicional e vista como grande contribuição da escola nova na organização científica da escola. Conclui-se ser possível compreender que os problemas educacionais estão vinculados a implementação e implementação de políticas públicas, bem como perceber proximidades com às possibilidades para soluções pertinentes.

Palavras-chave: Educação. Manifesto dos Pioneiros. Políticas Públicas

**ABSTRACT**

This article deals with a brief trajectory of the main landmarks of education, from the discovery of Brazil to the present day. The objective was to analyze public policies after the New Education Pioneers Manifesto, considering the educational advances motivated in the structure and principles of this document. Specifically, to know the Brazilian educational historical process, to identify the constitution of the unique school. This study is justified, considering the said Manifesto to be one of the main events

<sup>1</sup> Membro Titular do Conselho Municipal de Cristalina/GO. Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília - Bolsista Capes. Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Pós-Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Claretiana de Batatais/SP. Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista/SP. Autora do livro "A Relação Afetiva nos Processos de Ensino e Aprendizagem entre Professores e Alunos das Classes de Alfabetização" e de outros artigos científicos na área da Educação. E-mail: profliviamaria2018@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8084-7129>

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1968), mestre em Educação pela Universidade de Brasília (1980) e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1987). Pós-doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia(Lisboa) Atualmente é Professor do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica de Brasília - área de concentração: políticas públicas de educação e história das ideias pedagógicas. E-mail: celio.cunha226@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9212-4208>

for national education that continues to legitimize many of the educational desires in the Brazilian federation. As a method, bibliographic and documentary research was used. In data collection, a data survey was carried out, searching the past and searching the present. Historical aspects were followed, comparisons to statistical data. In the analyzed results, it was verified that this document subscribed by twenty-six (n = 26) intellectuals, civil society leaders, writers, radio broadcasters and teachers, many important aspects were added, such as: the responsibility of the State for the Brazilian school, the secularity , free and compulsory education, co-education, the establishment of a single school based on fundamental productive work, the promotion of social relations with distinction from traditional education and seen as a great contribution of the new school to the scientific organization of the school. We conclude that it is possible to understand that educational problems are linked to the implementation and implementation of public policies, as well as perceiving proximity to the possibilities for relevant solutions.

**Keywords:** Education. Manifesto of Pioneers. Public policy

## INTRODUÇÃO

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional.... É impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são fatores fundamentais do crescimento de riqueza e uma sociedade.

(Fernando de Azevedo, Manifesto dos Pioneiros)

Compreender o processo histórico-cultural brasileiro é fundamental para refletir sobre os dados educacionais que são apresentados diariamente. Cada período da história brasileira está atrelado às mudanças socioeconômicas, culturais e, por consequência, educacionais. Desta forma, não se pode falar em mudanças educacionais sem fazer uma análise contextualizada do período em que elas aconteceram.

Entre 1890 e 1920, período em que o Brasil deixa de ser monarquia e passa a ser república, houve uma linha crescente significativa na sua população. O Distrito Federal passou de 522.651 para 1.557.000 habitantes, São Paulo evoluiu de 64.934 para 579.033 habitantes, e Salvador, de 174.412 para 283.432 habitantes.

Em 1920, mesmo após 31 anos de República, o Brasil apresentava 65% da sua população com idade acima de 15 anos analfabeta, dados justificados pela formação da sociedade – em sua maioria camponeses (CUNHA *et al*, 2016), em 2018 essa porcentagem (que deveria estar erradicada) é de 6,8%. Isso mostra uma evolução, mas também aponta para um problema a ser enfrentado.

É notório saber que o Brasil enfrenta grandes problemas políticos e isso reflete diretamente no sistema de educação. “A educação é predominantemente uma questão partidária de curto prazo, posta em prática em ciclos de quatro anos, por isso não consegue ser uma questão de Estado” – Candido Alberto da Costa Gomes (CUNHA; MELO; RIBEIRO, 2017, p. 51). “Temos dois problemas fundamentais que fazem com que a educação seja um desastre no Brasil. Um é cultural, não conseguimos criar uma consciência nacional que valorize a educação [...]. O segundo problema é a política. Não conseguimos fazer os serviços essenciais serem iguais para todos” – Cristovam Buarque (CUNHA; MELO; RIBEIRO, 2017, p. 66).

Levando em consideração a criação do Ministério da Educação e da Saúde, em 1930, que parte dos ex-ministros posicionam as políticas públicas educacionais como problemas sistêmicos nas gestões, isso nos instiga, analisar pós o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova os avanços na educação motivados na estrutura e princípios desse documento. Especificamente, rebuscar após o Manifesto dos Pioneiros em 1932, o processo histórico educacional brasileiro, identificar a constituição da escola única.

Esse estudo se justifica, considerando o referido Manifesto ser um dos principais acontecimentos para a educação nacional que continua a legitimar muitos dos desejos educacionais na federação brasileira. Ademais, conhecer os caminhos percorridos pela educação brasileira a fim de compreendê-la, como reitera Gatti (2002, p. 9) “para quem pesquisa é ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa. Trata-se de um estudo bibliográfico cujas fontes variaram entre dados métricos, históricos e pareceres pessoais de especialistas.

O artigo, que ora se apresenta, está dividido em três partes, a saber: na primeira parte, consta uma análise sobre a história geral da educação brasileira como ela foi sendo construída, para que se possa entender do início ao atual momento; na segunda parte, é feita uma análise do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; na terceira parte, se apresenta um panorama geral da educação dos dias de hoje com indicações de possíveis caminhos para a melhoria do acesso, relacionado aos indicadores da qualidade da educação desenvolvida. Finaliza-se com as considerações e referências

## PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Educação é vida, não preparação para a vida. Muito antes que houvesse escolas, houve educação. E mesmo havendo escolas, e educação que alguém recebe antes de ir para a escola, a que recebe fora da escola, quando a frequenta e a que recebe depois de deixar a escola, sem dúvida, são bem mais importantes que a que nos fornecem os curtos ou longos anos escolares. (WESTBROOK *et al.*, 2010, p. 61).

Numa perspectiva histórica, há entendimentos de que a educação brasileira vem sofrendo ora avanços, ora retrocessos. Entretanto, dificultam analisar a situação atual sem referir-se às principais mudanças ocorridas nos modelos de sociedade e da educação, uma vez que, as mudanças educacionais normalmente estão atreladas às vertentes socioeconômicas e culturais.

O início da história da educação brasileira se dá em 1549, com a chegada do primeiro grupo jesuíta, em que a “educação foi instaurada no âmbito do processo de colonização. Tratava-se de aculturação, considerando que as tradições subjacentes aos costumes buscavam inculcar decorriam de um costume externo” (SAVIANI, 2013, p. 27). Assim, a colonização passou por três processos, são eles: posse e exploração de terra, educação – enquanto aculturação; catequese.

Para Saviani (2013, p.38.) a educação indígena era espontânea, o conhecimento e as técnicas sociais eram acessíveis a todos, não se notando qualquer forma de monopólio. No entanto, apesar de haver educação, não havia pedagogia se comparadas na forma como é expressa hoje. Assim que, as ordens religiosas chegaram ao Brasil, especialmente os Beneditinos, os primeiros colégios foram abertos. A partir disso, começou-se a falar sobre as práticas pedagógicas e sobre filosofia da educação, havendo prioridade para a disciplina, a moral e o intelectual.

Cinquenta anos mais tarde, deu-se a institucionalização da pedagogia jesuítica, ou seja, a *Ratio Studiorum*, em detrimento do primeiro o *Modus Italicus*, oriundo da Itália, sem um programa específico, com classes mistas, em que os estudantes iniciantes acompanhavam os discípulos adiantados e não havia pré-requisito de uma para outra disciplina. Em seguida, passou-se a adotar o *Modus Parisiensis* como uma modalidade definia a divisão de alunos em classes, seleção de assuntos estudados, programas sequenciais, o conhecimento ministrado pelo professor e semelhante aos moldes atuais.

Neste interím, criou-se o primeiro código de regras descritas com 467 normatizações provinciais serem aplicadas aos professores e alunos, nas matérias ministrada e provas aplicadas. Nestes termos, se notabilizou como a “linha mestra da organização didática determinando toda atividade pedagógica da ordem” (SAVIANI, 2013, p. 54).

Anos mais tarde, por volta de 1759, houve a Reforma dos Estudos Menores que gerou um alvará que determinava o fechamento dos colégios jesuítas. “O alvará de 28 de junho de 1759 ordenou a criação de aulas régias compreendendo os estudos menores, ou seja, o ensino de primeiras letras e humanidades, em substituição às classes e escolas dirigidas pelos jesuítas, extintas pelo mesmo ato” (BRASIL, 2016).

A expulsão dos jesuítas de Portugal, Brasil e demais domínios, por decreto do Marquês de Pombal, a 3 de setembro de 1759, atingiu no país 590 jesuítas (sendo 316 sacerdotes), então registrados em duas circunscrições administrativas: a Província do Brasil e a Vice Província do Maranhão. Foram forçados a abandonar 17 colégios e 10 seminários que administravam em 12 municípios, desde Belém do Pará até Paranaguá, além de 55 missões entre os nativos, num total de 131 casas religiosas.

Em 1760, surgiu o primeiro concurso para admissão de professores régios, porém, houve um fracasso nessa reforma, por não ter professores suficientes, carência de livros didáticos e a escassez de verbas.

Em 1772, foi criada a Lei da Reforma das Escolas de Primeiras Letras, (Lei de 6 de novembro de 1772) em que a prioridade era o ensino da leitura, escrita e contas, além do latim (SAVIANI, 2013). Nessa lei se institucionalizou um conjunto de disposições normativas básicas que foram implantadas pelo Reino de Portugal e de acordo com o ideário iluminista da Reforma Pombalina (MACIEL; NETO, 2006).

Tais reformas, tinham como principais objetivos constituir uma escola útil aos fins do Estado em substituição àquelas que serviam aos interesses eclesiásticos, aumentar o número de professores, reduzir os custos do magistério.

Em 4 de junho de 1823, em plena Revolução Industrial, Dom Pedro I assinou o Tratado Completo de Educação da Mocidade Brasileira, (Annaes, 1823) e, no ano seguinte, no inciso 32 da 1ª Constituição do Império, (BRASIL, 1824) instituiu a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Quatro anos mais tarde foi criada a 1ª Lei de Educação do Brasil, no dia 15 de outubro de 1827 (BRASIL, 1827).

Essa lei dava garantia “ao acesso e ao saber rudimentar indispensável para afastar a ignorância”, prevalecia o método mútuo, no qual estudantes adiantados eram monitores, a disciplina era rígida com punições, valorizavam os aspectos quantitativos, instruir muitas pessoas ao mesmo tempo com custos baixos (SAVIANI, 2013, p. 122).

Após a Reforma Couto Ferraz de 1853 (BRASIL, 1853), as Escolas Normais foram fechadas, por serem consideradas muito onerosas para o Estado e por serem ineficientes na qualidade da formação. No ano seguinte, com o Regulamento de 1854, foram contratados professores adjuntos que poderiam ser os discípulos maiores de 12 anos, desde que avaliados ano a ano pelos seus educadores. Daí, estabeleceu-se que a ideia pedagógica se daria com a formação prática dos docentes.

Notadamente, no século XIX, a ideia do sistema educacional não estava consolidada, tanto por questões materiais quanto pela mentalidade pedagógica. Houve então, com o advento dos grupos escolares, a criação da Escola Modelo anexada à Escola Normal de São Paulo. Em decorrência da Lei n. 88, de 1892 (BRASIL, 1892) foi instituída para potencializar a reformulação de toda instrução pública.

Após a Revolução de 1930, com a crescente urbanização e industrialização houve uma forte reorganização do ensino técnico. Neste período, foi criado o Ministério da Educação e da Saúde. Em que promoveram grandes discussões acerca da pedagogia tradicional apoiada pela Igreja Católica e da pedagogia nova apoiada pelo laicismo). Ademais, foram elaboradas cartilhas para ensinar os testes de ABC, avaliar a maturidade necessária para a alfabetização e o estudo do tripé científico são eles: Biologia, Psicologia e Sociologia.

Em 19 de março de 1932, se publicava em vários órgãos da grande imprensa brasileira o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, redigido pelo educador Fernando de Azevedo sob o título **A reconstrução educacional no Brasil**: ao povo e ao governo, na finalidade de divulgar no território nacional um projeto brasileiro de renovação educacional, reivindicar melhorias na condução das políticas provenientes do recém criado Ministério da Educação e Saúde no Brasil (VIDAL, 2013).

Em 20 de dezembro de 1961 instituiu-se a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – nº 4.024 (BRASI,1941) período em que a educação recebia forte influência de Paulo Freire, que pensava a educação como prática da liberdade.

Em 1969, foi aprovado, pelo Conselho Federal de Educação, o Parecer n. 252/69 que introduzia as habilitações técnicas no curso de Pedagogia. Com essa tendência tecnicista, se procurava mão de obra técnica para o mercado de trabalho, e a fim de atender os objetivos do Regime Militar, dez anos mais tarde, em 11 de agosto de 1971, foi promulgada a Lei n. 5.692 (BRASIL, 1971) período que se buscavam atender tendências produtivistas.

Destaque-se, que o grande protagonista desse estudo foi Valnir Chagas (SAVIANI, 2013) que propôs uma nova formação do magistério, dos cursos de licenciaturas e estudos superiores de educação.

Corroborando, Saviani (2013, p. 382), opina:

Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor, que era ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório; e se na pedagogia nova a iniciativa se desloca para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva; na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais.

Nesta linha de pensamento, Saviani (2013) ratifica que a formação docente passou a ser vista como ‘agente’ dos interesses dominantes, dos resultados desejados, nem sempre proclamados. E dá, assim, abertura para as pedagogias contra-hegemônicas, com uma concepção libertadora e ao mesmo tempo marxista. Para ele, em 1990, inicia-se a fase do neoprodutivismo, a pedagogia sofre grande inflexão e sinaliza o fracasso da escola pública. Reafirma, o desafio passa a ter como base didático-pedagógica o aprender a aprender, momento do professor deixar de ser aquele que ensina para ser o estimulador/orientador do(a) aluno(a) em seu processo de aprendizagem. Isso evidencia que apesar da consciência de se trabalhar com uma pedagogia de competências, o período fica conhecido como da ‘inclusão excludente.

Em outra acepção se incluir o advento da globalização, a formação básica deixa de dar atender

os propósitos das transformações políticas educacionais do país. Sendo assim tomando como base Constituição de 1988 (BRASIL,1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), legalmente, a universalização do ensino passa ser oficializada, são exigidos conhecimentos com formação continuada do corpo docente para minimizar os problemas relacionadas às novas demandas, como pontuam (SOUZA; CUNHA, 2016, p. 205), em caso:

Se por um lado, as teorias educacionais sobre o fracasso escolar ainda são divergentes e questionáveis, as políticas educacionais implantadas na educação brasileira ao longo dos anos têm sido ambíguas e insuficientes para superar o problema do fracasso escolar, contribuindo para que a educação seja ofertada de forma fragmentada e conteudista.

Ante o exposto, infere-se, que um dos grandes problemas da educação seria a utilização de um modelo fragmentado e desarticulado das políticas públicas que prevaleceu por anos, ora atendendo interesses das classes dominantes, ora buscando alternativas para a sua democratização. Isso de fato ocorreu e se contata a cada mudança, numa classe específica da sociedade ter sido extremamente beneficiada.

### **Manifesto dos Pioneiros de 1932: um marco na Educação Brasileira**

No Brasil, em 19 de março de 1932, emergiu a propositura de um sistema nacional de educação sob a égide de um novo horizonte educacional, quando se publicava em vários órgãos da grande imprensa brasileira o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, redigido pelo educador Fernando de Azevedo sob o título A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. Um dos trechos expõe o autor expõe seu pensamento social ao refletir sobre as implicações desse documento para educação, escreveu:

Mas, de todos os deveres que se incumbe ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projetam mais longe nas suas consequências, agravando- se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, decerto, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seu destino e a força para afirmar-se e realizá-lo, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana. (AZEVEDO, 1958, p. 81).

Nessa passagem até meados de 1932, a educação brasileira era discutida pela Associação Brasileira de Educação – ABE, que articulava todo movimento educacional desde 1920. Em 43 anos de República não se tinha de fato uma política pública educacional, em virtude disso, em 1932, o Presidente da República Sr. Getúlio Vargas juntamente com o Ministro da Educação e da Saúde, Sr. Francisco Campos, solicitaram aos intelectuais que compunham a IV Conferência Nacional de Educação, elaborar uma fórmula feliz<sup>3</sup> para a unidade educacional do Brasil.

Concomitantemente gerou-se duas correntes educacionais antagônicas, assim sendo: os tradicionais católicos e liberais progressistas. À época o Presidente da ABE Fernando Magalhães um

<sup>3</sup> Termo utilizado por Getúlio Vargas em seu discurso na IV Conferência Nacional de Educação (Dossiê publicado pela RBEP em 2015).

líder dos católicos, afirmou não estar pronto para responder à solicitação do presidente e pediu um prazo para elaborar um projeto e delgado a Fernando de Azevedo a responsabilidade de redigir tal documento. Assim, resultou o Manifesto supracitado na solicitação do governo aos educadores a fim de traçar os rumos para a educação (CURY e CUNHA, 2015).

Desta trajetória, é possível encontra-se no livro “A Educação entre dois mundos”, de Fernando de Azevedo (1958) as principais motivações para a elaboração desse documento. Para ressaltar, no texto “A Introdução ao Manifesto”, Azevedo (1958) apresenta uma reflexão sobre as conquistas do homem sobre a natureza – criação da máquina um apontamento sobre “Indisciplina Mental e Social” – consequência de um povo sem cultura construído por grupos móveis e dispersos, algumas críticas à falta de cultura universitária no país com comparações com outros países que já tinham essa cultura universitária; traz apontamentos sobre os problemas educacionais tratados “em torno de poder” e raramente “em torno de problemas; pontua a necessidade de uma sólida aprendizagem, especialmente após a Revolução, denominada do “despertar de uma consciência educacional”; sinaliza o reconhecimento de que sua geração pode realizar mudanças necessárias, como: trocamos o romantismo estéril pelo idealismo prático; o sonho entorpecente pela realidade penosa; o brilho pela solidez.

O autor reitera no documento que não deve ser visto como uma bandeira revolucionária, mas visto como um código que se inscreveu nas teorias da nova educação, um programa completo de reconstrução educacional e necessário a reexaminar os problemas partindo do ponto de vista de uma sociedade em movimento e não dos interesses de uma classe dirigente, repensar, o papel da escola na sociedade.

O segundo texto denominado “A Reconstrução Educacional no Brasil”, foi endereçado ao povo e ao governo, em que Azevedo aponta problemas que precisam ser superados e apresenta propostas para que a escola esteja a serviço de todo cidadão. Dentre os problemas apontados, cita-se: um sistema fragmentado e desarticulado; o fato de tratar a economia e a educação em âmbitos desarticulados; o fato de os fins da educação serem indefinidos, assim como os meios (processos) para realizá-los; a ausência de cultura própria; a posição da escola e a função que ela representava; a necessidade de transferir do terreno administrativo para os planos políticos sociais a solução para os problemas educacionais; e o fato de os programas existentes se fixarem nos quadros de segregação social e a escola ser vista como uma instituição isolada do meio social.

Em relação a estes apontamentos, Azevedo sugere o novo a começar com o espírito novo para o magistério, o gosto pela crítica e pelo debate; a consciência da necessidade de aperfeiçoamento constante; a efervescência intelectual produzindo novos ares na escola; uma reforma proposta com caráter de ser uma política educacional (todas as outras tinham fórmulas diferentes para resolver os mesmos problemas particulares); uma proposta de um plano integral; a questão central das finalidades da educação que gira em torno de uma concepção de vida, de um ideal. Contudo, o real desse ideal, varia de acordo com a estrutura e tendências da época que reconhece o indivíduo o direito de ser



educado, garante o direito às mesmas oportunidades a fim de servir aos interesses do indivíduo e de classes, coloca a escola como meio social.

Nesse mesmo sentido, Azevedo sobre a importância do Estado face à educação, fomenta o direito de cada indivíduo à educação integral, à educação como uma função essencialmente pública, a uma escola única (igual para todos), as questões da laicidade; gratuidade, obrigatoriedade e coeducação. Em se tratando da função educacional em unidade tem-se uma só função em diferentes fases, são elas: na autonomia- técnica, administrativa e econômica; na descentralização- União, estados e unidades. Na proposta como ideal de escola nova se elencam três grandes aspectos: Escola única- educação inicial uniforme, formação comum, obrigatória e gratuita (com duração de 5 anos, iniciando aos 7 anos); Escola do trabalho: estímulo à observação e experiência da criança, levando-a a desenvolver o trabalho com interesse e prazerosamente, satisfazendo sua curiosidade intelectual; Escola comunidade: postula que a escola seja organizada como uma sociedade em miniatura, incentivando o trabalho em grupo preferencialmente ao individual.

Sobre o papel do Estado, o Manifesto sugere a criação de fundos escolares ou especiais destinados à manutenção e desenvolvimento da educação em todos os graus (uma porcentagem da renda arrecadada pela União, estados e municípios), a fiscalização das instituições particulares de acordo com as normas básicas estabelecidas, a assistência física e psíquica à criança para a defesa da saúde (serviços médicos e dentários – hábitos sanitários) e prática de educação física, a reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino (com controle de resultado e mínimo de despesas), a contribuição para a interpenetração das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objeto a organização de uma escola unificada para o máximo aproveitamento dos normais (escola comum) como no tratamento de anormais, subnormais e supernormais (escola especial).

No que se refere ao processo educativo, o Manifesto apresentou as seguintes propostas: deixar a função de superposição para assumir uma função complexa de ação e reação, oferecer à criança um meio vivo e natural, predominância dos trabalhos de base (manual e corporal) – presença do fator psicológico do interesse, radical transformação na escola pública, articulação entre escola primária, secundária e institutos superiores, rompimento como uma formação excessivamente literária, dar um caráter científico e técnico, no sentido de produção – valor social da escola, substituição do conceito estático por um conceito dinâmico, continuação dos esforços para levar à formação da personalidade integral, ao desenvolvimento da faculdade produtora e criadora.

Em outra análise, Azevedo sobre a escola secundária situa ponto nevrálgico do Manifesto, pois era necessário adaptar a educação à diversidade nascente de gosto e variedade de aptidão, oferecendo aos estudantes dos 12 aos 15 anos uma base comum e dos 16 aos 18 anos de acordo com a área de interesse, ou seja, as aptidões.

Nesta perspectiva se definiu o papel da escola na vida e a sua função social. À luz dos estudos,

compreendeu-se que a escola como campo específico de educação, não é vista meramente como elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas como uma instituição social e da consciência do verdadeiro papel da escola na sociedade imposto no dever de concentrar a ofensiva educacional sobre os núcleos sociais, dentre estes, a família, os agrupamentos profissionais, a imprensa para que o esforço da escola se possa realizar em convergência, numa obra solidária com outras instituições da comunidade.

O Manifesto revela ser grande contribuição na questão democrática como Azevedo (1958, p. 79) afirmou ser a democracia um programa de longos deveres e a tem como um valor universal. “É só pela educação que a doutrina democrática, utilizada como princípio de desagregação moral e de indisciplina, poderá transformar-se numa fonte de esforço moral, de energia criadora, de solidariedade social e de espírito de cooperação” (p. 81).

Face o exposto pelo idealizador e os 26 signatários do manifesto supracitado, se reafirma que a reflexão sobre o papel do Estado na educação é fundamental para prosseguir avançando.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Entre os principais documentos norteadores da educação no Brasil estão As Leis de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL,1961 ;1971); Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) (consagrando o direito à educação e instituindo o dever do Estado e da família em promovê-lo); criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, em 1990 (SAVIANI, 2017); Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em 1996 (BRASIL,1996); com especial atenção ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (BRASIL, 1996); Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL,2014); criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, (BRASIL, 2007), e, recentemente, em 2017, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. (BRASIL, 2017).

Em uma análise geral, todos estes documentos convergem para um fim específico, o mesmo tratado no Manifesto dos Pioneiros, em 1932, uma educação para todos, “com o fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento, de acordo com uma certa concepção de mundo” (AZEVEDO, 1958, p. 64).

De acordo com o histórico da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 1934) logo após a IV Conferência Nacional de Educação que resultou do Manifesto dos Pioneiros, foi assinado um Convênio Estatístico que adotaria normas para padronização e aperfeiçoamento das estatísticas da educação brasileira. O principal objetivo era conhecer e divulgar as condições gerais dos níveis educacionais no Brasil. As primeiras estatísticas foram publicadas em 1939 com dados de 1932. Após algumas mudanças de setores e secretarias, em 1996, o órgão foi incorporado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, que passou a ser o órgão responsável pelos levantamentos estatísticos educacionais.

Serão analisados três dos principais objetivos do Manifesto dos Pioneiros de 1932, a saber: educação única para todos e leiga, sendo gratuita e obrigatória, progressivamente até os 18 anos de idade; Formação de professores para escolas primárias, secundárias profissionais e superiores; Criação de fundos escolares – destinados à manutenção e desenvolvimento da educação.

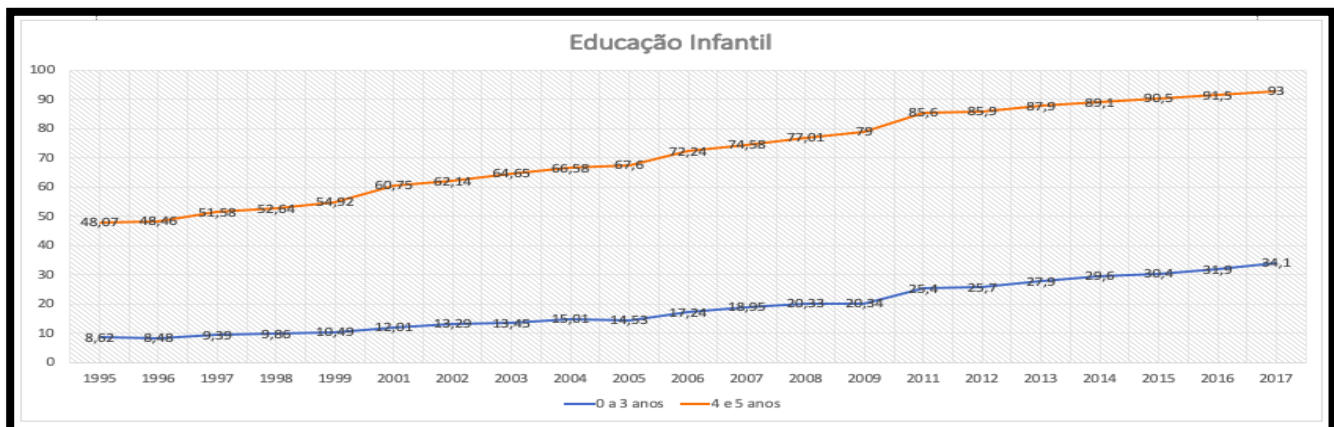
Dessas evidências, versa:

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova pode não ter-se constituído em um divisor de águas para as reformas educacionais no país, mas serviu de referência para um outro elemento importante nos rumos da política educacional do país, a Constituição Federal de 1934, a qual dedicou pela primeira vez um capítulo específico para tratar de educação. (SOUZA; CUNHA, 2016, p. 209).

É explícito o avanço quanto aos direitos sobre a educação, especialmente após a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que finalmente consagra alguns dos desejos dos autores do Manifesto. Abaixo, se presente em gráficos as taxas de matrículas dos alunos da educação básica entre os anos de 1995 e 2017/2018, além da relação matrícula e dependência administrativa. Bem como os gráficos referentes a formação de professores e os que dizem respeito ao investimento na educação.

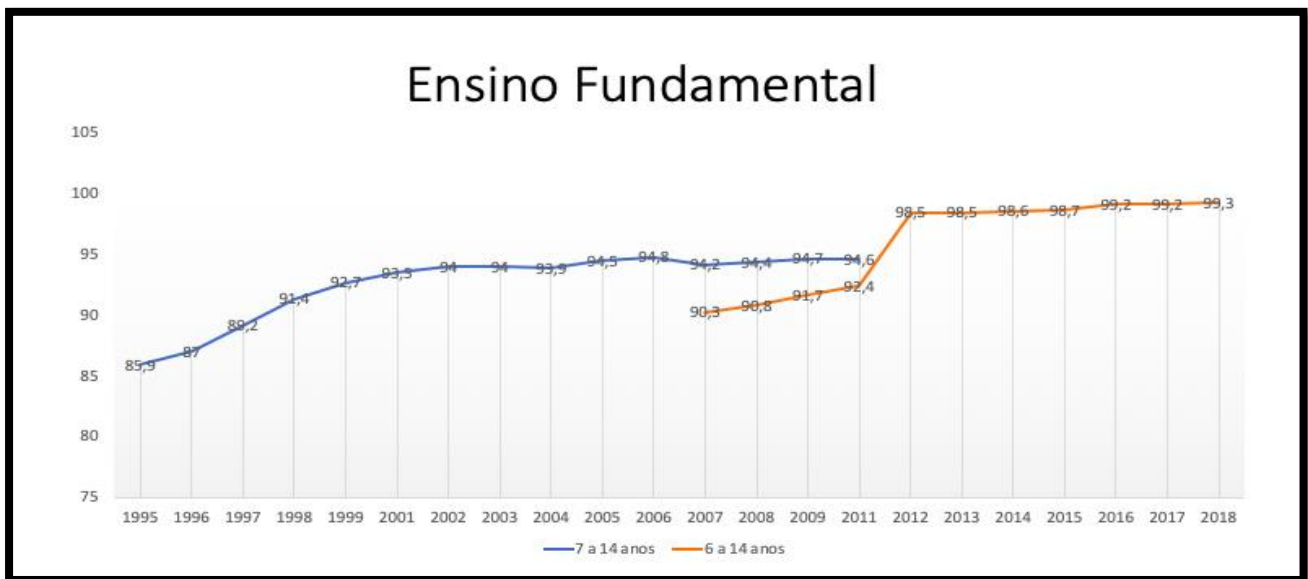
### Educação direito de todos: dados de matrículas

**Gráfico 1:** Total de matrículas da Educação Infantil (crianças de 0 a 3 anos de idade e crianças de 4 e 5 anos) entre os anos de 1995 e 2017



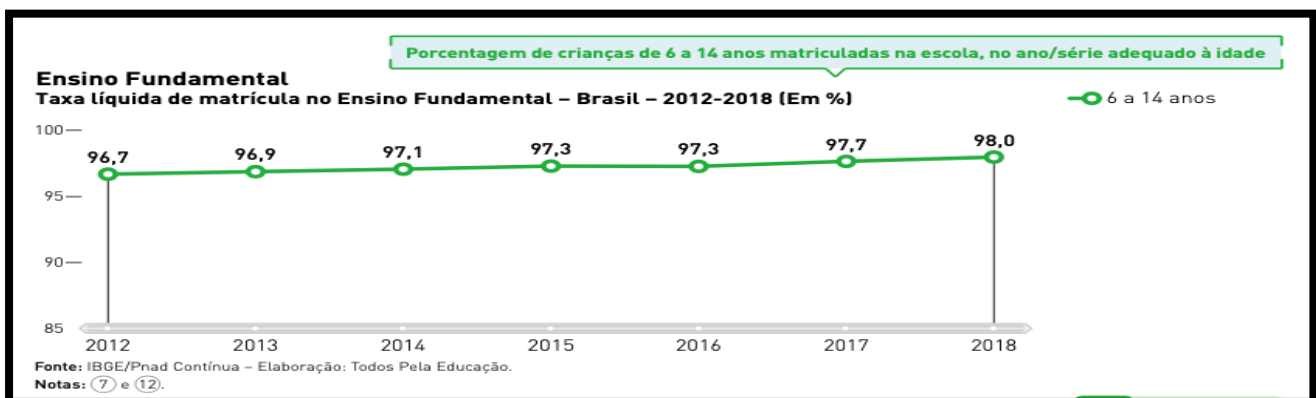
Fonte: Dados do programa Todos pela Educação (BRASIL, 2013, 2019).

O gráfico 1, mostra o número crescente de matrículas na educação infantil entre os anos de 1995 (antes LDB n. 9.394/96) e 2017. A linha azul se refere a crianças de 0 a 3 anos. Atualmente, o atendimento é de 34,1%, mas segundo o Plano Nacional de Educação (PNEE) Lei n. 13.005/2014 (BRASIL, 2014) o Brasil deverá atender pelo menos 50% das crianças de até 3 anos de idade. A linha laranja representa as matrículas das crianças entre 4 e 5 anos de idade, sendo que atualmente o Brasil atende a 93% das crianças nesta faixa etária. De acordo com a primeira meta do PNE, o atendimento deveria ter chegado a 100% em 2016.

**Gráfico 2:** Total de matrículas do Ensino Fundamental entre os anos de 1995 e 2018

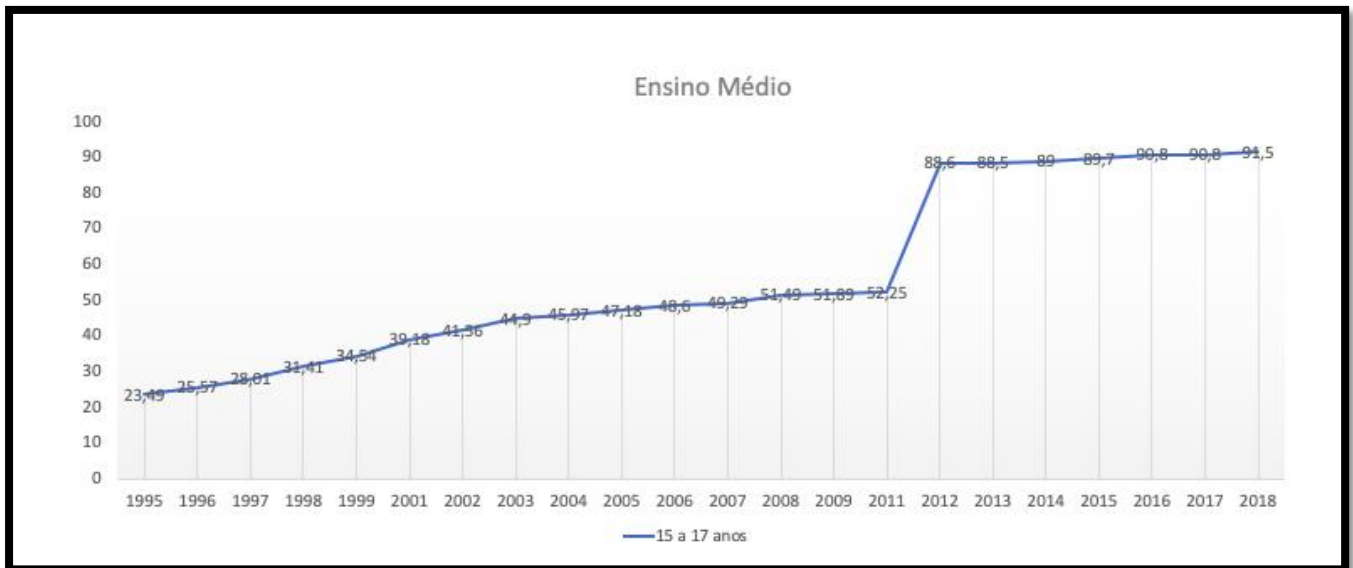
**Fonte:** Dados do programa Todos pela Educação (BRASIL, 2013, 2019).

Em 2006 é sancionada a Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 (BRASIL,2006) que institui o Ensino Fundamental de 9 anos, assim, a partir de 2007, as crianças passam a ingressar no Ensino Fundamental com 6 anos de idade e não mais com 7 anos. Pode-se observar que nos anos de 2007 a 2009 foram feitos dois cálculos diferentes, para ingresso com 6 e 7 anos de idade. A meta 2 do PNE é universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluem esta etapa na idade recomendada.

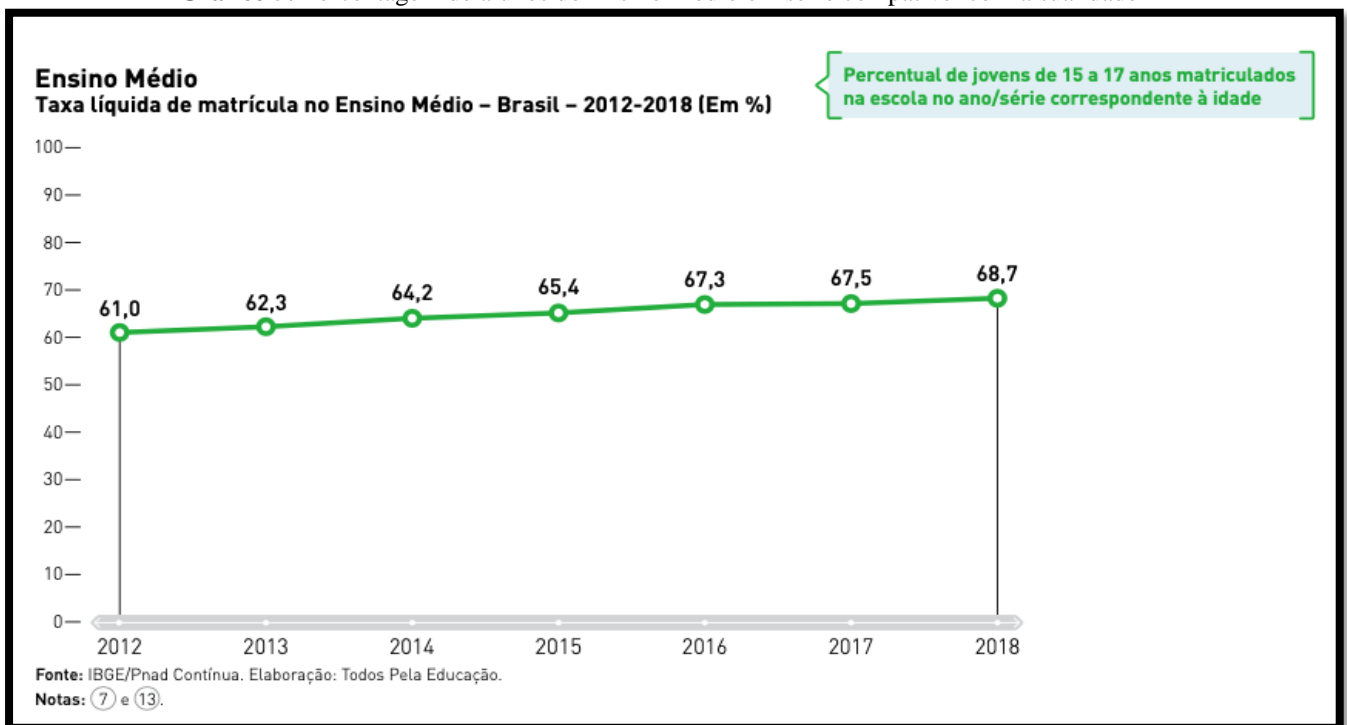
**Gráfico 3:** Porcentagem de alunos no Ensino Fundamental em série compatível com a sua idade

**Fonte:** Dados do programa Todos pela Educação (BRASIL, 2019).

O gráfico 3, representa o número de alunos(as) matriculados(as) no Ensino Fundamental na série correspondente à sua idade. Deve-se destacar em primeira análise que há 1,3% dos(as) alunos(as) em distorção de idade e série, pois o gráfico 2 mostra que 99,3% dos(as) alunos(as) entre 6 e 14 anos estão matriculados na escola, e o gráfico 3 apresenta que 98% dos(as) alunos(as) matriculados(as) estão na série adequada à sua idade.

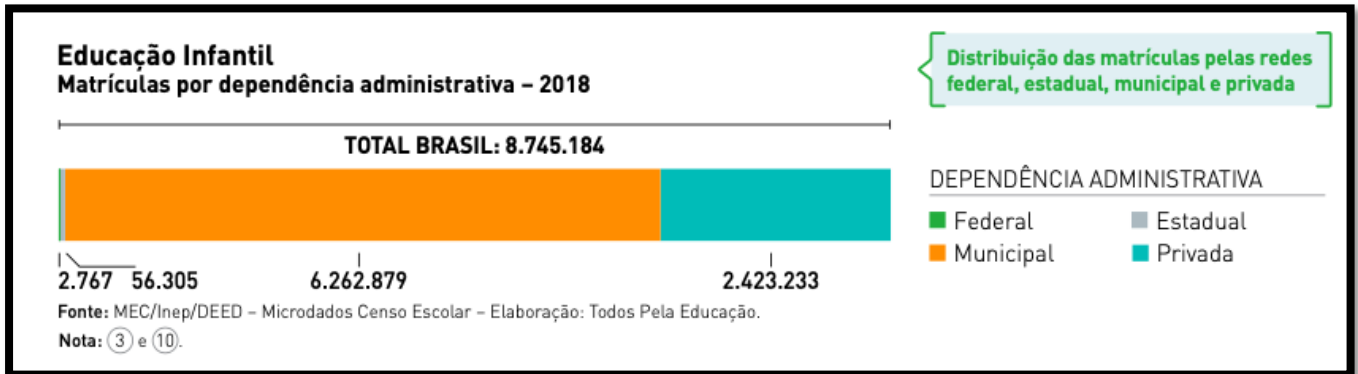
**Gráfico 4:** Total de matrículas de alunos do Ensino Médio entre os anos de 1995 e 2018

Fonte: Dados do programa Todos pela Educação (BRASIL, 2013, 2019).

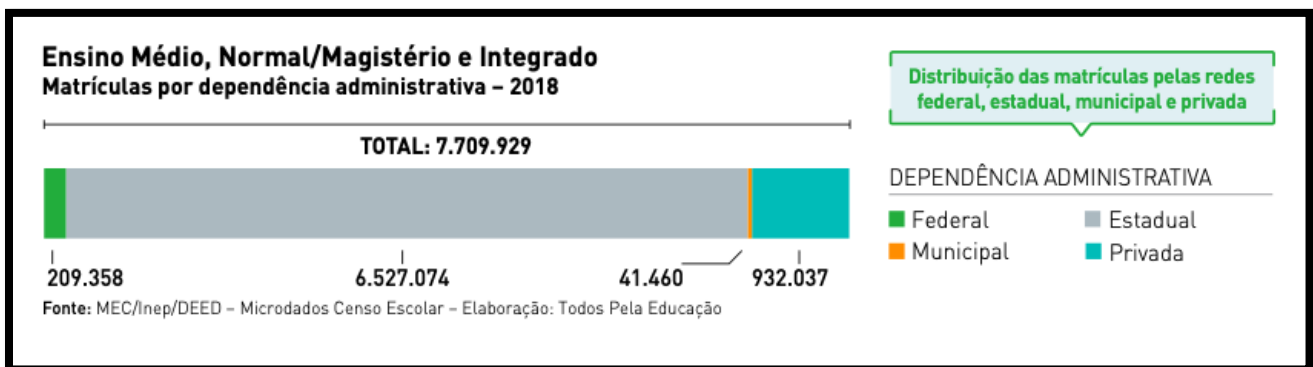
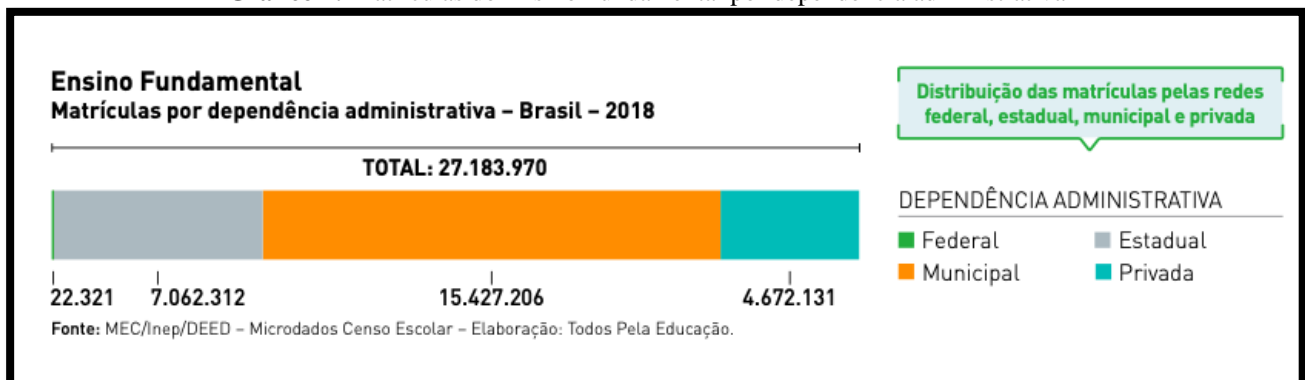
**Gráfico 5:** Porcentagem de alunos do Ensino Médio em série compatível com a sua idade

Fonte: Dados do programa Todos pela Educação (BRASIL, 2019).

De acordo com o PNE, a meta de número 3 se refere a elevar as taxas de matrícula do Ensino Médio a 85%. Se no gráfico 4 se percebe um grande avanço no que diz respeito ao número de matrículas no Ensino Médio, 23,49% em 1995 para 91,5% em 2018, no gráfico 5 pode-se perceber o grande hiato na distorção de idade e série. Dos 91,5% que estão matriculados no Ensino Médio, apenas 68,7% estão na série correspondente à sua idade. Nessa perspectiva, ainda é possível analisar os dados dos alunos matriculados na rede pública de ensino, uma vez que a educação é obrigatória e gratuita para todos.

**Gráfico 6:** Matrículas da Educação Infantil por dependência administrativa

Fonte: Dados do programa Todos pela Educação (BRASIL, 2019).

**Gráfico 7:** Matrículas do Ensino Fundamental por dependência administrativa

Fonte: Dados do programa Todos pela Educação (BRASIL, 2019).

Os gráficos 6, 7 e 8 mostram onde estes alunos(as) estão estudando, e em uma análise mais aprofundada, pode-se dizer que a descentralização e a municipalização do ensino estão de fato acontecendo. De acordo com a LDB (artigo 22) os sistemas de ensino deverão funcionar em regime de colaboração. Na educação infantil (conforme indica o gráfico 6) quase 80% das crianças matriculadas nas creches e pré-escolas estão na rede municipal, enquanto 20% estão na rede privada, estando menos de 1% nas redes federais e estaduais. No Ensino Fundamental, que também é atribuição dos municípios, conforme o gráfico 7, o Estado assume 25% das matrículas, enquanto a rede particular assume 20% e o município 65%. No Ensino Médio, representado no gráfico 8, pode-se observar que a maior parte das matrículas está concentrada na rede estadual, pouco mais de 10% na rede privada, 3% na rede federal e menos de 0,5% na rede municipal de ensino.

É importante considerar, no Brasil, um milhão e meio de crianças e jovens se encontram fora da escola, sendo 370.410 crianças de 4 e 5 anos, 213.949 crianças e jovens de 6 a 14 anos, e 903.174 jovens de 15 a 17 anos (BRASIL, 2019).

## Formação de Professores

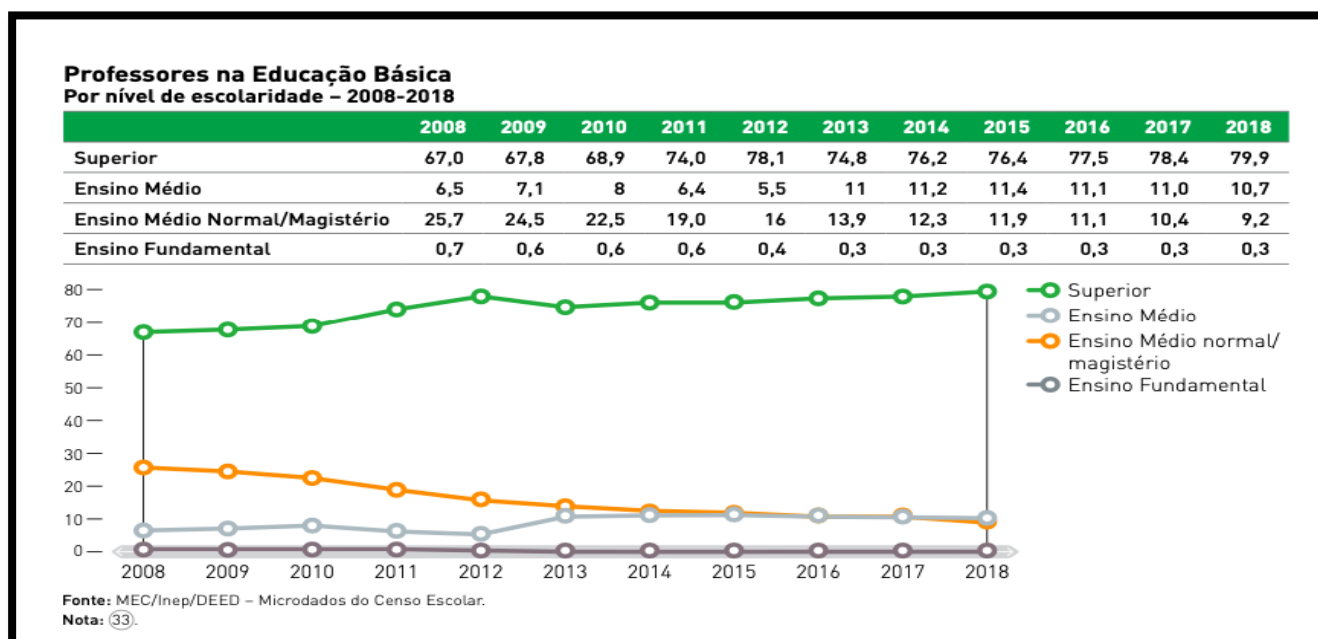
Desde a promulgação da LDB em 1996 é obrigatória a formação docente em nível superior, em que se lê “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal” (BRASIL, 1996).

No entanto, há divergências quanto à qualidade desta formação docente. Na ânsia de aumentar a oferta para a formação de muitos professores, foi reduzida a uma habilitação dispersa, na prática, poucas melhorias na educação básica foram constatadas, proporcionou uma formação aligeirada e barata, não correspondendo com as expectativas (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011).

Nesse sentido, o Plano Nacional da Educação prevê, em sua meta 15:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei de n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014).

**Gráfico 9:** Nível de Escolaridade dos Professores nos últimos 10 anos



Fonte: Dados do programa Todos pela Educação (BRASIL, 2019).

Percebe-se um avanço, entre os anos de 2008 e 2018, quanto à formação dos professores, no entanto, há ainda 20% dos professores que lecionam na educação básica sem a formação básica obrigatória, ou seja, em nível superior. Destes, 10% têm formação em nível médio e 10% em nível Médio

Normal ou Magistério. Há um número reduzido de professores que têm apenas o Ensino Fundamental. Dados que refletem diretamente na qualidade de ensino e no desempenho dos estudantes (SILVA *et al*, 2019).

Para Gatti (*In* CUNHA e BORDIGNO, 2014, p. 2014) “O Manifesto é claro ao considerar essencial cuidar de uma boa formação para os professores da educação básica, considerada vital para o desenvolvimento das pessoas e de um país”

Neste contexto, a autora acrescenta que ao construir um Sistema Educacional não há como deixar de lado a formação dos seus professores, uma vez que, os mesmo após 24 anos da LDB concluem os cursos de pedagogia despreparados para o enfrentamento de uma sala de aula.

### **Criação de fundos escolares – destinados à manutenção e desenvolvimento da educação**

Em 1934, pela primeira vez a Constituição (BRASIL, 1934) previa uma vinculação orçamentária, sendo destinados à educação 10% dos impostos arrecadados da União e municípios e 20% dos estados e Distrito Federal. No entanto, a realidade é outra, na União em 1932 o repasse foi de 2,1% e passou para 2,5% em 1936.

Nos estados, a destinação em contrário, diminuiu em 1932 de 15% para 13,4% em 1936. Para os municípios, em 1932 de 8,1% alterou para 8,3% em 1936<sup>4</sup>. A Constituição de 1946 (BRASIL, 1946) retomou a orientação de Anísio Teixeira, em 1962, foi proposto um cálculo diferente para esses repasses, baseado sobre o número de alunos(as), o salário dos professores e os recursos didáticos.

Apesar do avanço, a Constituição de 1967 (BRASIL, 1967) (baixada pelo Regime Militar) fez com que o repasse em 1965 9,6% para 4,31% em 1975. Finalmente, em 1988, a nova Constituição (BRASIL, 1988) voltou a reestabelecer a vinculação e a porcentagem ficou a cargo do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Baseado nestes cálculos, a LDB cria, (BRASIL, 1996), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, que passa a ser Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, (BRASIL, 2006).

Concernente a isso, CASTRO (2014, p. 198), expressa

Para pensar o financiamento da educação atual e dos grandes desafios educacionais para o futuro, vamos ter que tratá-lo a partir do concreto da política pública e da economia brasileira, pois estamos inseridos em um mundo complexo e bastante confuso. Não somos mais a economia do passado, apesar de ainda ser subdesenvolvida.

Este autor, chama à atenção sobre o financiamento educacional na perspectiva da realidade atual, na crença que com progressos em relação ao passado, há muito que se fazer para atingir o ideal proposto.

Isto na meta número 20 do Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014), se prevê:

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. (BRASIL, 2014)

<sup>4</sup> Dados disponíveis em: O Sistema Nacional de Educação, 2014.



**Gráfico 10:** Porcentual de investimento público na Educação em relação ao Produto Interno Bruto – PIB

Investimento público total em relação ao PIB (Em %)							
Ano	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				Anos Iniciais	Anos Finais		
2008	5,3	4,4	0,4	1,7	1,6	0,7	0,9
2009	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2010	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2011	5,8	4,8	0,5	1,7	1,6	1,0	1,0
2012	5,9	4,9	0,6	1,7	1,5	1,1	1,0
2013	5,9	4,8	0,6	1,6	1,5	1,1	1,1
2014	6,0	4,9	0,7	1,6	1,5	1,1	1,1
2015	6,1	4,8	0,7	1,6	1,4	1,1	1,3

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.  
Nota: (39).

**Fonte:** Dados do programa Todos pela Educação (BRASIL, 2019).

Percebe-se no gráfico 10, no Brasil, desde 2008 os dados indicam curtos passos avanços no sentido de cumprir a meta estabelecida. Sendo na Educação Básica seu principal investimento, com 4,8%, e no Ensino Superior, com 1,3%. Não obstante, a um longo caminho deverá ser percorrido para que esse investimento chegue ao que é esperado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é fenômeno direto da vida, tão inelutável como a própria vida. A contínua reorganização e reconstrução da experiência pela reflexão constitui o característico mais particular da vida humana, desde que emergiu do nível puramente animal para o nível mental ou espiritual.

Essa contínua reconstrução – em que consiste a educação – tem por fim imediato melhorar pela inteligência a qualidade da experiência. Analisando-a mentalmente, percebendo as relações que ela nos desvenda, ganhamos os conhecimentos necessários para dirigir, com mais segurança, nossas experiências futuras.

Um dos aspectos a notar na definição de Dewey é que, por ela, o fim (o resultado) da educação se identifica com seus meios (o processo), do mesmo modo, aliás, que os fins da vida se identificam com o processo de viver. (WESTBROOK, 2010, p. 38).

O propósito deste estudo foi analisar os caminhos percorridos pela educação no Brasil para assim, tentar compreender onde situamos a educação brasileira marcada por retrocessos, justificados pela falta de cultura do povo (AZEVEDO, 1958).

Desta feita, as interferências de interesses políticos diversos incidem em ações mais efetivas. Essa trajetória se configura muitas vezes em meras cópias de modelos europeus de forma fragmentada e desarticulada da cultura brasileira.

Desse ideário, Dalmon; Siqueira e Braga (2018, p.18), postulam que se tornou comum afirmações de que a Educação deve ser uma prioridade dos países. Conquanto, nem sempre foi assim. Na maior parte da história humana, a formação educacional foi um privilégio das elites”

Tomamos como ponto de partida para uma análise mais profunda o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, apreciando três pontos fundamentais: o acesso à escola (o direito à educação única, obrigatória e gratuita), a formação dos professores e o financiamento da educação.

Não foi objetivo tornar menos importantes as outras reflexões trazidas pelo Manifesto, ao traçarmos uma relação entre acesso, formação docente e investimento.

No tocante aos atrasos educacionais, estes, são denunciados sempre em comparação a outros países, como afirma o redator do Manifesto dos Pioneiros, ao ressaltar: “um povo ainda sem formação como o nosso, sem lastro de tradições e de cultura, e constituído de grupos sociais, móveis e dispersos, sem coesão e sem vida coletiva” (AZEVEDO, 1958, p. 44).

Neste pensamento AZEVEDO (1958, p. 61), ratifica:

De fato, por que os nossos métodos de educação haviam de continuar a ser tão prodigiosamente rotineiros, enquanto no México, no Uruguai, na Argentina e no Chile, para só falar na América espanhola, já se operavam transformações profundas no aparelho educacional, reorganizando em novas bases e em ordem a finalidades lucidamente descortinadas? Por que os nossos programas se haviam ainda de fixar nos quadros de segregação social, em que se encerrou a república [...]

Mesmo após passados 88 anos deste registro, nos dias atuais colhemos os frutos deste quadro de segregação social. De acordo com os dados do Anuário da Educação, 14,1% das crianças de nível socioeconômico muito baixo, possuem nível suficiente de alfabetização, no que se refere às habilidades de leitura. Esse nível é alcançado por 83,5% das crianças com nível socioeconômico muito alto.

Isto se confirma, devido à grande extensão territorial do Brasil e as divisões das Unidades Federativas. Estratificam-se entre as regiões da federação brasileira, sendo uma rica outras pobre. Por isso, é possível afirmar que a educação não alcança a todos da mesma forma. Especialmente, pelas diferenças regionais, se faz necessário estabelecer políticas públicas que valorizem a equidade.

Para Dias e Matos (2012) o conceito de políticas públicas está na busca de soluções específicas de como manejar assuntos que dizem respeito à ação do governo, sendo seu principal objetivo em gerar o bem comum, possibilitar o acesso, e garantir os direitos equânimes. Para os autores, instituir políticas públicas é o único jeito de garantir que os direitos cheguem a todos.

Apesar dos grandes avanços ocorridos em relação ao número de matrículas, à formação dos professores e aos fundos escolares, podemos afirmar que há muito a ser feito para que a educação chegue de fato e direito a todos e para que haja bons resultados de desempenho, provando assim sua eficácia.

Corroborando essa ideia, Saviani (2014) afirma que um país que não cuida da educação de suas crianças e jovens, propiciando uma formação adequada, está fadado ao próprio fim. “O crescimento de um país só é sustentável ao longo do tempo se houver o aumento do nível médio de escolarização da sociedade” (DALMON; SIQUEIRA; BRAGA, 2018, p. 40).

Nesse sentido, é fundamental que o Estado assuma sua responsabilidade com a formação de todas as crianças e jovens, só assim será possível minimizar o hiato entre as classes sociais. Dalmon, Siqueira e Braga (2018) predizem que a única maneira de proporcionar condições similares para as pessoas que têm pontos de partida diferentes e desiguais é através da educação. Para tal, seria imprescindível planejar Políticas de Estado capazes de distinguir as demandas da população, ao invés das políticas que por longos anos atenderam aos interesses das classes dominantes.

Conclui-se, pela descentralização, a autonomia dos estados e dos municípios insere-se ser o primeiro passo para educação chegar a todos de igual forma. Nesse rumo, será possível agir sobre uma realidade, quando a conhecemos. Para além disso, a educação chegará a todos se os interesses coletivos se predominarem sobre os interesses individuais e quando de fato a educação potencializada como prioridade de Estado. Para tanto, a educação de ser vista mais do que decretos e leis, pois requer investimentos, mudanças nas mentalidades pedagógicas, de continuidade e comprometimento com a sociedade.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A Educação entre dois mundos**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BORGES, Maria C.; AQUINO, Orlando F.; PUENTES, Roberto V. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 42. p. 94-112, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. (1759). Aulas Régias. Memórias da Administração Pública Brasileira. Disponível em: [www.mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/137-aulas-regias](http://www.mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/137-aulas-regias) Acesso em 03 agost 2020.

BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro. Assembleia Constituinte. Tratado Completo da Educação para Mocidade Brasileira. Disponível em: [www.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222325](http://www.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222325) Acesso em: 03 agost de 2020.

BRASIL. Câmara Legislativa. Decreto n. 1331-A de 17 de fevereiro de 1854. Reforma Coutto Ferraz. Disponível em: [www.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-de-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html](http://www.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-de-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html) Acesso em: 03 de agost de 2020.

BRASIL. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei n. 88 de 08 de setembro de 1892. Reforma a Instrução Pública. Disponível em: [www.al.sp.gov.br/norma/64173](http://www.al.sp.gov.br/norma/64173) Acesso em: 03 agost 2020.

BRASIL. (1824). Constituição Política do Império do Brasil. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Constituição Federal (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edição Técnica, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal, 21 de dez. de 1961. Retificado em 28.12.1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal, 18 ago. 1971, seção 1, p. 6592. (Retificação).

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 27933. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer 252 de 1969. Institui habilitação técnica para o curso de Pedagogia. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1643> Acesso em 03 de agost 2020.

BRASIL. Planalto Central. Medida Provisória n. 339 de 28 de dezembro de 2006. Institui o Fundeb – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: [www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3661-medida-provisoria-n-339-de-28-de-dezembro-de-2006](http://www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3661-medida-provisoria-n-339-de-28-de-dezembro-de-2006) Acesso em: 03 agost. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação da LDB e estabelece diretrizes para o Ensino Fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm) Acesso em: 02 agost 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno. Resolução CE/CP n. 02 de 22 de dezembro de 2017. Institui a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBROD E2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBROD E2017.pdf) Acesso em: 03 agost 2020.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB)** MEC/INEP/ Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB).1995. Disponível em: [ttps://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb.html](https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb.html). Acesso em: 22 de jul. 2020.

BRASIL. Todos pela Educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de

Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Edição Extra, de 26 de junho de 2014, n. 120-A. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Todos pela Educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Editora Moderna, 2019.

CUNHA, Célio; JESUS, Wellington Ferreira; SOUZA, Maria de Fátima Matos (orgs.). **Políticas de Educação: cenários globais e locais**. Brasília: Liber Livro, 2016.

CUNHA, Célio da; RIBEIRO, Olzeni C.; MELO, Marli A. F. (orgs.). **Educação Nacional: o que pensam especialistas, políticos e dirigentes**. Brasília: Liber Livro, 2017.

CUNHA, Célio; BORDIGNO, G.N. **O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto**. Brasília: MEC-Sase-Unesco, 2014.

CURY, Carlos Roberto J.; CUNHA, Célio da (orgs.). O Manifesto Educador: os Pioneiros 80 anos depois. **RBEP**, v. 96, número especial, Brasília, DF, 2015.

DALMON, Danilo L.; SIQUEIRA, Caetano; BRAGA, Felipe M. (orgs.). **Políticas Educacionais no Brasil: o que podemos aprender com casos reais de implementação**. São Paulo: Edições SM, 2018.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

GATTI, Bernadete A. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. São Paulo: Liber Livro, 2002.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**. vol.32, n. 3. São Paulo Set/Dez 2006. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022006000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000300003) Acesso em 03 agost 2020.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Sistema nacional de educação e plano nacional de educação: significado, controvérsias e perspectivas**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

SILVA, M. C. M. da; CERCE, L. M. R; BRITO, R. O. de. Estudo das Políticas Públicas de Formação de Professores Associado aos Resultados do IDEB dos Estados do Ceará e Maranhão. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 13. N. 38, 2019.

VIDAL, D. G. 80 Anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf> Acesso em: 10 maio 2020.

WESTBROOK, Robert B.; TEIXEIRA, Anísio; ROMANO, José E.; RODRIGUES, Verone L. (orgs.). John Dewey. **Coleção Educadores**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.